



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG
COORDENADORIA DE ENSINO – COE
COORDENAÇÃO DE ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA**

MARCOS SILVA LELES

**DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DOS PONTOS CRÍTICOS OPERACIONAIS DA
UNIDADE DE MEDICINA LEGAL DO POSTO AVANÇADO DA POLÍCIA
CIENTÍFICA DE MORRINHOS: uma etapa para a adequação do fluxo biológico**

GOIÂNIA – GO

2025

MARCOS SILVA LELES

**DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DOS PONTOS CRÍTICOS OPERACIONAIS DA
UNIDADE DE MEDICINA LEGAL DO POSTO AVANÇADO DA POLÍCIA
CIENTÍFICA DE MORRINHOS: uma etapa para a adequação do fluxo biológico**

Artigo apresentado como exigência parcial para conclusão do Curso de Especialização em Altos Estudos de Segurança Pública - CAESP, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás - SSP e pela Universidade Estadual de Goiás - UEG, sob a orientação da Prof^a. Ma. Barbara Dumas Santos Silva e coorientação da Prof^a. Esp. Juliana Rodrigues de Souza.

GOIÂNIA – GO

2025

**DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DOS PONTOS CRÍTICOS OPERACIONAIS DA
UNIDADE DE MEDICINA LEGAL DO POSTO AVANÇADO DA POLÍCIA
CIENTÍFICA DE MORRINHOS: uma etapa para a adequação do fluxo biológico**

**SITUATIONAL DIAGNOSIS OF THE CRITICAL POINTS OF THE OPERATIONAL
PROCEDURES OF THE FORENSIC MEDICINAL UNIT AT THE SCIENTIFIC POLICE
OF MORRINHOS: a step towards adapting the biological flow**

Marcos Silva Leles¹
Bárbara Dumas Santos Silva²
Juliana Rodrigues de Souza³

Resumo: Este estudo apresenta um diagnóstico situacional da unidade de Medicina Legal do Posto Avançado da Polícia Científica de Morrinhos, inaugurada em 2025. Tem como objetivo identificar pontos críticos operacionais relacionados ao fluxo biológico. A pesquisa, de abordagem qualitativa e aplicada, utilizou revisão bibliográfica, análise documental (incluindo manuais de biossegurança e POPs da SPTC-SSP/GO) e brainstorming com a equipe do IML para analisar o ambiente físico e as rotinas operacionais. Os resultados revelaram uma série de problemas estruturais (como ausência de sinalização e barreiras adequadas, e falta de sistemas de exaustão), operacionais (como ausência de protocolos de limpeza e descarte, e mistura de materiais) e comportamentais (como manipulação inadequada de amostras e circulação indevida de profissionais). Esses achados evidenciam significativas lacunas entre as diretrizes normativas e a aplicação prática, impactando a biossegurança, a qualidade das análises periciais e a segurança dos trabalhadores. O estudo conclui que a fragilidade na implementação e monitoramento das políticas públicas compromete a integridade da evidência forense e a credibilidade institucional. Sugere-se a continuidade no desenvolvimento de ferramentas, POPs, treinamentos e certificações de qualidade para aprimorar o gerenciamento de riscos e otimizar os serviços.

Palavras-chave: Levantamento de Rotinas; Fluxo Biológico; Biossegurança; RDC nº 222/2018; Gestão da Qualidade.

¹Especialista em Segurança Pública e Inteligência, pela Faculdade Iguaçu. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Goiás –UEG. Perito Criminal da Superintendência de Polícia Técnico-Científica de Goiás (SPTC-GO) desde 2017. E-mail: marcos.leles@goias.gov.br.

²Mestre em Biologia, com ênfase em Biologia Celular e Molecular, pelo Programa de Pós-graduação em Biologia da Universidade Federal de Goiás (UFG-2011). Graduada em Ciências Biológicas-Modalidade Licenciatura pela Universidade Estadual de Goiás (UEG-2008). Perita Criminal da Superintendência de Polícia Técnico Científica de Goiás (SPTC-GO) desde 2010. Orientadora dos Cursos de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública e Altos Estudos de Segurança Pública (SSP-GO/UEG). E-mail: barbara.dumas@goias.gov.br.

³Especialista em Perícia Criminal e Ciências Forenses, pelo Instituto de Pós-graduação de Goiás (2016). Bacharel em Química Industrial pela Universidade Estadual de Goiás (UEG-2002), Perita Criminal da Superintendência de Polícia Técnico Científica de Goiás (SPTC-GO) desde 2016. Especialista em Gerenciamento de Segurança Pública (SSP-GO/UEG), CEGESP, 2025. E-mail: julianar.souza@goias.gov.br

Abstract: This study presents a situational diagnosis of the Forensic Medicine unit of the Morrinhos Scientific Police Advanced Post, inaugurated in 2025. Its objective is to identify critical operational points related to the biological workflow. The research, utilizing a qualitative and applied approach, employed bibliographic review, documental analysis (including biosafety manuals and SOPs from the SPTC-SSP/GO), and brainstorming with the Forensic Institute (IML) team to analyze the physical environment and operational routines. The results revealed a series of structural problems (such as the absence of adequate signaling and barriers, and lack of exhaust systems), operational problems (such as the absence of cleaning and disposal protocols, and mixing of materials), and behavioral issues (such as improper handling of samples and undue circulation of professionals). These findings highlight significant gaps between normative guidelines and practical application, impacting biosafety, the quality of forensic analyses, and worker safety. The study concludes that the fragility in the implementation and monitoring of public policies compromises the integrity of forensic evidence and institutional credibility. It is suggested that the development of tools, SOPs, training, and quality certifications should be continued to improve risk management and optimize services.

Keywords: Routine Survey; Biological Flow; Biosafety; RDC nº 222/2018; Quality Management.

1. INTRODUÇÃO

Os Institutos de Medicina Legal são instituições integradas às Secretarias de Segurança Pública do país, ligando as atividades e atribuições dos órgãos ao contexto policial. No entanto, as atividades diárias e procedimentos realizados – remoção de cadáveres, necropsias, coletas de material biológico, retirada de vísceras e exames *in vivo* – colocam os servidores que atuam nesses locais (policiais e administrativos) em risco de exposição e contaminação, seja ela direta ou indireta (Barros *et al.*, 2006).

A construção de uma nova sede da unidade de Medicina Legal do Posto Avançado de Polícia Científica de Morrinhos (PA de Morrinhos - PCIGO), localizada no sul do Estado de Goiás e inaugurada em 29 de abril de 2025, trouxe ganhos significativos na estrutura física e nas condições de trabalho dos servidores. Contudo, junto a essa conquista, emergiu a responsabilidade de adequar a conduta dos profissionais e a utilização dos espaços aos padrões normativos existentes. Nesse contexto, foi realizado, no segundo semestre do ano de 2025, um diagnóstico situacional da unidade do Instituto de Medicina Legal (IML) do PA Morrinhos, com o objetivo de subsidiar a proposição de intervenções e projetos que apoiassem a melhoria dos serviços e dos processos desenvolvidos na unidade, para garantir um ambiente que priorize a saúde e a segurança dos servidores e demais usuários assistidos.

Reconhecido como uma importante ferramenta de gestão de qualidade, o diagnóstico situacional tem como objetivo analisar uma série de dados e elementos que compõem uma organização (Freire e Martinez, 2014). No intuito de detectar pontos de melhoria e impactar diretamente na segurança e na qualidade de vida dos envolvidos, sua construção deve considerar a participação de todos que, de alguma forma, estejam envolvidos em cada etapa do processo laboral, resultando, ao final, em um planejamento estratégico centrado na solução dos problemas identificados (Silva; Koopmans; Daher, 2016).

Diante do contexto aqui brevemente exposto, o objetivo geral deste trabalho foi a realização do diagnóstico situacional da unidade de medicina legal do PA de Morrinhos (PCIGO), objetivando detectar pontos críticos operacionais relacionados ao fluxo biológico da unidade. Os objetivos específicos incluíram a análise do ambiente e conexões dos ambientes físicos, levantamento das rotinas e práticas dos fluxos e atividades em funcionamento, mapeando os pontos críticos quanto ao risco biológico e possibilidade de contaminação cruzada, e a partir das constatações observadas,

proposição de medidas para promover adequações às exigências normativas vigentes, com foco na padronização de procedimentos.

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, tratando-se de uma pesquisa aplicada, a qual busca gerar conhecimento para a solução de problemas práticos e específicos. Quanto aos procedimentos técnicos, o presente trabalho se desenvolveu com pesquisa bibliográfica, análise documental e por fim com a realização do diagnóstico situacional, propriamente dito, onde foram analisados: a planta arquitetônica da unidade, o levantamento das rotinas operacionais, a realização de *brainstorming* com a equipe de medicina legal da unidade, e finalmente o mapeamento dos pontos críticos operacionais levantados, para analisar a contribuição da realização do diagnóstico situacional como ferramenta de auxílio ao processo de delimitação dos fluxos biológicos, possibilitando o desenvolvimento de um planejamento estratégico com ações focadas aos problemas encontrados.

Por fim, o artigo está estruturado de modo a apresentar, a fundamentação teórica sobre o panorama geral dos trabalhos desenvolvidos em unidade de Institutos Médicos Legais, as Normas Regulamentadoras e sua importância como norteadoras das ações de governança e gestão e, por fim, a relevância da pesquisa no seu diálogo com o eixo das políticas públicas de Segurança do Trabalho; a metodologia detalhada; os resultados e discussões dos achados; e as conclusões e recomendações para a mitigação de pontos críticos operacionais da unidade de medicina legal do Posto Avançado da Polícia Científica de Morrinhos.

A pesquisa recebeu autorização da Superintendência de Polícia Técnico-Científica de Goiás para sua realização, o que se encontra materializado no evento SEI nº. 202500016034544 (Anexo 1).

2. REVISÃO DA LITERATURA

O trabalho realizado nas instalações dos Institutos de Medicina Legal (IMLs), constitui um elo crucial entre ciência e justiça. Com foco principal em esclarecer situações que, por vezes, passam despercebidas aos olhos e ao senso comum, evitando que caiam no esquecimento da impunidade, essas unidades atuam em procedimentos técnico-científicos que envolvem a análise de corpos humanos, vestígios biológicos e materiais diversos, com o objetivo de esclarecer causas de morte e apoiar investigações criminais (Vivian; Angonese, 2011; Silva, 2024). A relevância da

perícia forense, notadamente a médico-legal, é inegável para o sistema judiciário, fornecendo subsídios científicos essenciais para a elucidação de delitos e a correta aplicação da lei (Lima; Oliveira; Carmo, 2023).

Arruda (2020), em seus estudos sobre o papel do laudo pericial como fonte de informação, descreveu os Institutos de Medicina Legal como sendo instituições essenciais ao fornecimento de dados técnico-científicos de grande utilidade, auxiliando na elucidação de crimes e na aplicação da lei. Do ponto de vista jurídico-legal, o laudo pericial, fruto do trabalho do perito oficial de natureza criminal Médico-Legista, é uma peça imparcial que se utiliza de métodos técnicos e científicos para fornecer suporte probatório acerca da materialidade de determinada conduta. Seus principais objetivos são subsidiar a autoridade policial na conclusão do inquérito, o Ministério Público na formação de suas convicções, a vítima na preparação de sua defesa, e por fim os magistrados na deliberação de uma sentença justa (Arruda, 2020).

Os ambientes de trabalho em IMLs e necrotérios são altamente expostos a múltiplos riscos ocupacionais, sendo os riscos biológicos causadores da maior parcela de preocupação. Profissionais que atuam nessas instalações, incluindo médicos legistas e auxiliares de autópsia, estão em contato direto e inevitável com cadáveres e materiais biológicos, tornando-os altamente suscetíveis e vulneráveis aos mais variados patógenos (Barreto *et al.*, 2024; Dufayet *et al.*, 2023). Para adequar o ambiente laboral do trabalhador, é essencial adotar uma abordagem centrada na segurança, especialmente na função de necropsia, diante de profissionais expostos a riscos que demandam ações de biossegurança devido à sua complexidade (Neto, 2024). Indivíduos que desconhecem ou os ignoram esses preceitos, representam um risco para si mesmos, para os colegas de trabalho e para todos aqueles que de alguma forma tenham acesso a suas instalações.

2.2. Biossegurança em ambientes de medicina legal e normatização do trabalho

É imprescindível a equalização entre normas de segurança, gestão de pessoas e qualidade de vida dos servidores. Para isso, torna-se essencial implementar práticas de melhoria da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), considerando os componentes que a integram: riscos ocupacionais, ergonomia, saúde, segurança, carga mental e comunicação tecnológica (Marinho; Ramos, 2016).

Um dos pontos de grande relevância no manuseio e preparação de cadáveres, está na observância de uma série de procedimentos legais e éticos que visam estabelecer uma via correta

para o fluxo biológico em suas instalações (Barreto *et al.*, 2024). Diante disso, torna-se imperiosa a implementação de ações que busquem a intensificação de medidas de biossegurança, as quais devem ser observadas por toda a equipe que faz o manejo dos resíduos biológicos, tudo isso a fim de se evitar a exposição desnecessária dos trabalhadores que laboram, bem como ao meio ambiente daquele local (Barros *et al.*, 2006).

Fica a cargo dos gestores dessas instituições a conscientização da equipe quanto à importância de buscar uma constante atualização e treinamento com relação aos meios de prevenção, sendo a inobservância desses preceitos fator determinante no aumento dos riscos de toda a equipe (Barros *et al.*, 2006). Controles administrativos e busca por padronizações, somados à execução adequada das atividades de rotina, asseguram aos gestores, responsáveis pela condução dos processos e das pessoas, proteção contra eventuais responsabilizações decorrentes de suas ações ou omissões (Marinho e Ramos, 2016). Práticas meticulosas são essenciais em todas os casos, e não só naqueles em que algum risco tenha sido pré-identificado (Burton, 2003).

No Brasil, as Normas Regulamentadoras apresentam importantes regramentos que norteiam o desenvolvimento desse tipo de atividade, com uma série de medidas preventivas e remediativas, visando garantir que o trabalho se realize de maneira a preservar tanto a saúde e qualidade de vida dos profissionais que ali laboram como também a prevenção e mitigação de riscos que possam causar contaminação biológica ou ao meio ambiente. A exemplo das NR 06, NR 07, NR 09, NR 12 e NR 17, todas do Ministério do Trabalho e Emprego, que foram editadas com o objetivo de prevenir acidentes e doenças ocupacionais (Marinho e Ramos, 2016). Adicionalmente, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA elaborou a RDC 222/2018, tratando das Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde (Brasil, 2018). Nesse contexto de aumento dos regramentos legais, Daniel (2003) frisa em seu trabalho a crescente tendência de os tribunais considerarem os gestores pessoalmente responsáveis por violações de leis e regulamentos relacionados ao desempenho das funções de seus subordinados. Os gestores precisam estar atentos quanto à observância das normas e regulamentos dentro das instituições, para que não venham a ser responsabilizados nas esferas administrativas, civis e penais.

Institutos de Medicina Legal e necrotérios, após uma constante evolução no transcurso do tempo, passaram a entender a importância de se buscar a implementação de padrões de qualidade, através de práticas e metodologias validadas, que buscam garantir a qualidade e a confiabilidade dos serviços prestados, proporcionando um ganho inquestionável na capacitação e na elevação dos

níveis de entrega e competência por parte de seus colaboradores (Morrissey *et al.*, 2023). A ciência forense enfrenta desafios sistêmicos, incluindo falhas em sistemas de qualidade, o que evidencia a necessidade de abordagens e métodos robustos na gestão e análise para a integridade da evidência forense (Morgan e Levin, 2019). Nas instituições policiais, essas validações são especialmente necessárias, sem margens para erros advindos de procedimentos que não estejam de acordo com as melhores práticas de uma gestão da qualidade eficiente e comprometida, uma vez que lidam com a busca incansável da verdade em prol da justiça.

A não observância das normas de segurança e biossegurança em IMLs e necrotérios tem impactos significativos que vão além da saúde individual dos trabalhadores, gerando também custos sociais e econômicos. A qualidade de vida do trabalhador, abrange aspectos como riscos ocupacionais, ergonomia, saúde mental e comunicação, e sua melhoria contribui para um ambiente de trabalho seguro e saudável. Investir em um gerenciamento eficaz dos riscos existentes, não só garante a segurança dos trabalhadores, mas também fortalece a imagem da instituição, melhora a qualidade dos serviços prestados e reflete o compromisso das organizações e dos gestores com os direitos relacionados à saúde e segurança no trabalho (Marinho e Ramos, 2016).

2.1. Sobre o Diagnóstico Situacional

A unidade de Medicina Legal do Posto Avançado de Polícia Científica de Morrinhos (PA de Morrinhos - PCIGO), localizada no sul do Estado de Goiás, conta atualmente com 8 (oito) servidores policiais – sendo 4 (quatro) médicos legistas e 4 (quatro) auxiliares de autópsia –, além de 1 (um) profissional de limpeza. Sua área de abrangência envolve 11 (onze) municípios, atendendo diretamente a requisições de 11 (onze) delegacias de Polícia Civil. A unidade realizou, entre janeiro de 2020 e agosto de 2025, um total de 676 (seiscentos e setenta e seis) necrópsias, resultando em uma média de 120,0 (cento e vinte) necrópsias por ano. Os atendimentos se relacionam principalmente a casos de morte violenta, suspeita ou sem causa definida e acidental.

Embora no âmbito da PCI-GO se verifique a existência de documentos basilares à gestão de riscos nos ambientes de IML, como é o caso dos Manuais de Procedimento Operacional Padrão (2011), Manual de Biossegurança do Instituto Médico Legal Aristoclides Teixeira (2009) e Planos de Gerenciamento de Riscos (PGRs) delimitados por unidades, até o momento nenhuma unidade institucional, nem mesmo a da capital, conta com um projeto de Fluxo Biológico.

A ausência de fluxos bem definidos entre zonas limpas, de transição e contaminadas pode gerar sérios riscos à saúde dos servidores, favorecer a exposição a agentes biológicos patogênicos e comprometer a confiabilidade das análises periciais (Burton, 2003). Além disso, o descumprimento das normas técnicas e sanitárias aplicáveis pode acarretar responsabilizações administrativas, civis e penais para a gestão da unidade.

A maioria das consultas bibliográficas relacionadas à temática, devolve resultados que envolvem o diagnóstico situacional de unidades de necrotérios de hospitais e Sistemas de Verificação de Óbito (SVOs), sendo escassos os trabalhos que envolvam os órgãos oficiais da segurança pública. Ao se expandir os estudos dentro da temática, voltado para IMLs, pode-se contribuir para a popularização desse conhecimento, dada a importância, sobretudo para a segurança pública, do desenvolvimento acadêmico e de capital humano na área forense oficial (González-Wilhelm e Duceb, 2024).

Diante de todo esse contexto, o diagnóstico situacional emerge como uma ferramenta poderosa para a gestão da qualidade e de riscos em ambientes complexos como os IMLs. De acordo com Freire e Martinez (2014), o diagnóstico situacional, como ferramenta de gestão da qualidade, torna-se um aliado poderoso dos gestores ao contribuir para a elaboração de um planejamento estratégico orientado à resolução dos problemas identificados, favorecendo um ambiente propício tanto para os servidores quanto para o público em geral.

Em unidades de medicina legal, essa ferramenta pode identificar falhas no fluxo biológico, ou procedimentos que estejam sendo executados de forma inadequada, como pode identificar também riscos como contaminações cruzadas e áreas que necessitam de adequação às normativas vigentes (Franklin *et al.*, 2011). A aplicação do diagnóstico situacional contribui para a formulação de medidas com relação a tomada de decisões, subsidiando os gestores das instituições a desenvolver meios de mitigação dos riscos jurídicos decorrentes do não cumprimento de normas legais. Além disso, ele ajuda a identificar lacunas em protocolos específicos, podendo assim evitar inúmeros acidentes de trabalho, promovendo uma cultura de segurança e, consequentemente, evoluindo para o estabelecimento de uma sequência de rotinas adequadas a este tipo de atividade (Marinho e Ramos, 2016).

2.2. Boas práticas de governança e os sistemas de gestão da qualidade

A gestão da qualidade vem ganhando destaque no contexto das práticas ESG (*Environmental, Social e Governance*), norteador o controle e a execução do trabalho nos ambientes organizacionais. Como forma de trazer uma nova dinâmica ao serviço público, as organizações têm somados esforços e estudos no sentido de (re) qualificar seus processos de trabalho, incorporando práticas de gestão de qualidade em rotinas que antes se encontravam sem a devida padronização (Mangueira *et al.*, 2023).

O funcionamento adequado de unidades cuja atividade envolve o contato com sangue, fluidos corporais, estruturas biológicas, corpos humanos etc., exige fundamentalmente condições de gerenciamento eficazes, o que implica diretamente no planejamento de ações, fluxos e procedimentos na realização dos serviços. A incorporação de procedimentos como detalhamento de etapas de execução e manejo, especificação de manejo e destinação de resíduos, treinamento de servidores, elaboração de procedimentos operacionais padrão (POPs), somado ao mapeamento do espaço físico e diagnóstico situacional são fundamentais para que um sistema de gerenciamento seja efetivo e eficiente (Barros *et. al*, 2006; Carvalho, 2020; Sant’Ana, 2019).

Sob as óticas econômica e da Segurança do Trabalho o necrotério, por sua natureza, pode ser considerado um local rodeado de perigos. Indivíduos que desconhecem ou os ignoram, representam um risco para si mesmos, para os colegas de trabalho e para todos aqueles que de alguma forma tenham acesso a suas instalações. Práticas meticulosas são essenciais em todas os casos, e não só naqueles em que algum risco tenha sido pré-identificado (Burton, 2003). Entre os riscos de não mitigar as ameaças inerentes a esta atividade, destacam-se as consequências econômicas: afastamentos de servidores e alocamento de recursos públicos para tratar a saúde de pessoas contaminadas devido à ausência de padronizações técnicas pré-definidas e documentadas, relativas à biossegurança.

Importante destacar que entre 2007 e 2022, o Sistema Único de Saúde (SUS) atendeu quase 3 milhões de casos de doenças ocupacionais, de acordo com dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde. A maior parte das notificações, 52,9%, foi relativa a acidentes de trabalho grave. O levantamento aponta ainda que 26,8% das notificações foram geradas pela exposição a material biológico (Brasil, 2023). Esse cenário reforça a importância de investir em práticas de gerenciamento de qualidade e de riscos, que garantam a segurança dos trabalhadores, a fim de minimizar os impactos sociais e econômicos associados às doenças e acidentes de trabalho (Barboza, 2024).

É no contexto das metodologias de gestão de qualidade que o diagnóstico situacional se enquadra. São muitas as vezes em que os problemas existentes em uma unidade, ambiente ou contexto são identificados pelas equipes de trabalho e até por seus gestores, no entanto, sem ações de diagnóstico, falta comunicação com linguagem padronizada, falta troca de informações e há certa dificuldade em se implementar estratégias de correção das falhas (Silva; Koopmans; Daher, 2016).

3. METODOLOGIA

O trabalho apresentado neste artigo possui características que permitem classificá-lo como um estudo aplicado. Com ele, buscou-se gerar conhecimento e solucionar problemas práticos e específicos, visando estabelecer melhorias e intervenções nas inadequações existentes no fluxo biológico das atividades operacionais da unidade do Instituto de Medicina Legal do Posto Avançado de Morrinhos. Conforme ensina Marconi e Lakatos (2002), “em se tratando de pesquisa aplicada, devem-se fazer recomendações para que outros interessados possam valer-se das informações ou repetir as experiências e observações”.

Foi utilizada uma abordagem qualitativa, onde foram analisados os dados coletados a partir das percepções e experiências dos participantes. Esta abordagem possibilitou alcançar uma compreensão aprofundada dos pontos críticos operacionais e propor adequações. Este método permite ao pesquisador obter informações em primeira mão sobre o que realmente acontece na prática (Barrett e Twicross, 2018).

O método de raciocínio predominante que guiou este estudo foi o indutivo. Da Rocha e Dos Santos (2024) enfatizam, o método indutivo contribui para construir e avaliar proposições a partir das falas e experiências dos participantes, possibilitando a partir das conclusões das observações dos indivíduos, formular proposições de caráter generalizador, permitindo a aplicação dos resultados alcançados a fenômenos similares.

Em relação aos objetivos, a pesquisa foi desenvolvida sob dois pontos essenciais. Primeiramente, sob uma ótica exploratória, para criar ambientação em relação aos procedimentos atuais da unidade, às rotinas de trabalho dos servidores e às suas percepções, sempre focado nos gargalos operacionais do fluxo biológico existente. Em um segundo momento, a pesquisa tornou-

se descritiva, com a caracterização dos pontos críticos identificados, a identificação das rotinas, as condições do ambiente e as possíveis lacunas em relação às normativas existentes.

3.1. Coleta de dados e análise dos procedimentos operacionais da unidade do IML de Morrinhos.

Quanto aos procedimentos técnicos, este trabalho desenvolveu-se com uma pesquisa bibliográfica, análise documental e, por fim, com a realização do diagnóstico situacional.

Na pesquisa bibliográfica, foi realizado uma revisão das principais literaturas que abordam a atuação de IMLs e necrotérios, focando em temas como biossegurança, normas regulamentadoras e a metodologia de diagnósticos situacionais. Foram consultados materiais já publicados e disponíveis em fontes diversas (livros, artigos de periódicos e sítios da internet) utilizando-se os recursos Google Acadêmico®, SciELO® Brasil e Periódicos CAPES®, como base prioritária de buscas.

Com relação à análise documental, esta englobou materiais produzidos no âmbito da Polícia Científica e do Posto Avançado de Morrinhos (Quadro 1). Esses documentos foram cruciais para auxiliar na compreensão das rotinas e das lacunas existentes nos procedimentos operacionais relacionados ao fluxo biológico.

Quadro 1 – coletânea de documentos da etapa de análise documental

Documento analisado	Origem
Plano de Gerenciamento de Riscos (4ª CRPTC – PA Morrinhos)	SESMT-SSP/GO
Manual de Biossegurança de Instituto Médico Legal Aristoclides Teixeira (2009)	SPTC- SSP/GO
Manual de Procedimento Operacional Padrão (POP) do Instituto Médico Legal Aristoclides Teixeira (2009)	SPTC- SSP/GO
Planta baixa da nova unidade do PA Morrinhos	SPTC- AAESG/GESOP- SSP/GO

Fonte: o autor (2025).

3.2. Aplicação do Diagnóstico Situacional.

O estudo das rotinas da unidade do IML de Morrinhos foi realizado por meio da aplicação de metodologias de diagnóstico situacional. Silva *et al.* (2016) descreve o diagnóstico situacional como uma ferramenta que visa o desenvolvimento de um planejamento estratégico com ações focadas nos problemas encontrados. Dentre as ações que foram empregadas, estão:

- **Análise da planta arquitetônica da unidade:** analisou-se como as áreas afetadas à atividade de medicina legal interagem entre si e quais as implicações dessas interações para o fluxo biológico. Em cumprimento à Portaria nº. 750/2026 (SSP-GO), a planta dos ambientes não será apresentada no trabalho, com a preservação das informações sensíveis à segurança orgânica do prédio. As informações relevantes e relativas à planta da unidade se trata da classificação das zonas, o que poderá ser analisado durante a leitura dos resultados obtidos.

- **Levantamento das rotinas operacionais:** Este levantamento teve como base a observação direta dos procedimentos empregados na rotina operacional do Posto Avançado de Polícia Científica de Morrinhos.

- **Realização de *brainstorming* com a equipe de medicina legal da unidade:** com atuação do autor como mediador, a equipe composta por três médicos legistas e três auxiliares de autópsia, respondeu a uma série de perguntas relacionadas à relação entre pessoas e os problemas e gargalos do funcionamento operacional da unidade (Quadro 2).

Quadro 2 – relação de perguntas apresentadas aos participantes do *brainstorming*

Perguntas aplicadas
Há momentos em que os fluxos se cruzam de forma perigosa? (pessoas x corpos x resíduos)
Quais procedimentos vocês acham que deveriam ter POP escrito, mas ainda não têm?
Quais rotinas são feitas de formas diferentes entre servidores (falta padronização)?
Em algum momento, ou atividade, faltam EPIs, materiais ou estruturas?
Que procedimentos precisam ser treinados ou atualizados com urgência?

Fonte: o autor (2025).

- **Mapeamento dos pontos críticos operacionais levantados:** Com base nas observações e discussões, foram mapeados os pontos críticos identificados no fluxo biológico.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O diagnóstico situacional realizado na Unidade de Medicina Legal do Posto Avançado da Polícia Científica de Morrinhos revelou uma série de problemas, classificados em estruturais, operacionais e comportamentais, que impactam diretamente o fluxo biológico e, consequentemente, a biossegurança do ambiente e a saúde dos servidores. A análise desses achados, à luz da literatura existente, permite aprofundar a compreensão sobre os riscos e as necessidades de intervenção.

O Quadro 3, a seguir, sumariza os principais problemas identificados durante as etapas observacionais e de realização do *brainstorming*, da pesquisa:

Quadro 3 – pontos críticos operacionais da unidade do IML do PA Morrinhos e sua classificação

Área	Ambiente(s)	Problema(s) detectado(s)	Classificação
Zonas limpa, de transição e contaminada	Todos os ambientes	Ausência de placas regulando o acesso às áreas de transição e contaminadas	Estrutural
		Ausência de sinalização no piso orientando rotas e regulando o trânsito de pessoas	Operacional
Zona limpa	Todos os ambientes	Manipulação inadequada e trânsito com amostra contaminada	Comportamental
Zona de transição	Todos os ambientes	Ausência de placas sinalizando os espaços em que é obrigatório o uso de EPIs	Operacional
		Ausência de barreiras adequadas para contenção da circulação	Estrutural
		Circulação indevida e não autorizada de profissionais	Comportamental
		Profissionais portando EPIs e circulando com materiais contaminados	Comportamental
		Rotinas não padronizadas, sobretudo as relacionadas ao uso devido de EPIs e rotas de entrada e saída	Operacional / Comportamental

Zona contaminada	DML	Ausência de armário fechado para papel toalha e papel higiênico	Estrutural
	Sala de paramentação	Presença de materiais de exames misturados aos materiais de paramentação	Operacional
		Ausência de assento ergonômico	Estrutural
	Vestiário	Falta de portas nos box	Estrutural
		Ausência de armários e cabideiros na área de troca de roupa	Estrutural
	Todos os ambientes	Ausência de treinamento para servidora da limpeza	Operacional
		Ausência de protocolos específicos para condutas e limpezas de certas estruturas	Operacional
	Sala dos médicos	Ausência de coletor para materiais perfurocortantes (<i>descarpac</i>)	Estrutural
	Sala de desparamentação	Ausência de lixeira para lixo infectante	Estrutural
		Ausência de Lava Botas	Estrutural
Zona contaminada		Ausência de assento ergonômico	Estrutural
		Ausência de passa corpo	Estrutural
		Ausência de torneira elétrica destinada à assepsia de instrumentais	Estrutural
		Presença dos Papiloscopistas Policiais no ambiente, concomitantemente ao médico e auxiliar de autópsia	Operacional
		Procedimentos de entrega do corpo aos agentes funerários	Operacional

Fonte: o autor (2025).

4.1. Problemas Estruturais e de Sinalização no Controle de Fluxo Biológico:

Os achados evidenciam uma série de problemas estruturais que afetam diretamente a biossegurança e o fluxo de trabalho. A falta de placas de sinalização adequada bem como de barreiras físicas para regulamentar o acesso entre as zonas limpa, de transição e contaminada são pontos críticos que se alinham com recomendações internacionais. O estudo de Molewa *et al.* (2021) sobre práticas de saúde e segurança ocupacional em necrotérios na província de Gauteng, por exemplo, enfatiza que a gestão de riscos e a separação de áreas são cruciais para a segurança dos trabalhadores, que estão expostos a diversos perigos, incluindo biológicos, químicos e físicos.

A carência de equipamentos básicos e adequações infraestruturais também foi observada no diagnóstico do PA de Morrinhos, corroborando achados de outras investigações. A ausência de coletor específico para materiais perfurocortantes na sala dos médicos, bem como a falta de lava-botas e de lixeiras apropriadas para lixo infectante nas salas de desparamentação representam riscos significativos de acidentes e contaminação. Barros *et al.* (2006) em seu trabalho, evidencia que, em muitos IMLs, os resíduos biológicos não são tratados conforme o determinado pelas legislações, e apenas uma minoria dos serviços estudados realiza o descarte de perfurocortantes corretamente, bem como não realizam a segregação dos resíduos de acordo com a classificação de risco. Já Sant'Ana *et al.* (2019) em observações em um Serviço de Verificação de Óbitos (SVO), constatou a importância da descontaminação de calçados como sendo um dos cuidados essenciais para evitar a disseminação de contaminação para outras áreas.

A ausência de uma torneira elétrica destinada à assepsia de instrumentais na sala de necropsia representa uma falha importante. Por envolver manipulação constante de materiais biológicos, essa deficiência compromete a eficácia na limpeza e desinfecção dos instrumentos. Em seu trabalho sobre biossegurança em salas de autópsia, publicado na revista *Salud Pública da Universidade Nacional da Colômbia*, Cardoso *et al.* (2019), discutem a importância das "medidas de biossegurança", incluindo a limpeza e desinfecção de instrumentais, como forma de prevenir a transmissão de patógenos que possam ocasionar infecções ocupacionais.

A ausência de um sistema de exaustão na sala de necropsia especial se configura como uma falha grave, uma vez que cadáveres em estado avançado de decomposição podem apresentar uma carga microbiana significativamente elevada. A falta de exaustão impede a renovação do ar e a remoção eficaz do calor e da umidade, criando um ambiente desconfortável, insalubre e potencialmente perigoso. Molewa *et al.* (2021) em sua análise sobre necrotérios, concluiu que a exposição a agentes químicos e bacterianos presentes no ar, é um dos mais perigosos riscos à saúde dos que ali laboram, levando-o a constatação de que um sistema de exaustão eficiente é uma medida de engenharia crítica para controlar a exposição a esses agentes.

Problemas secundários, embora aparentemente menores, também impactam significativamente as condições laborais. A ausência de armários fechados para papel-toalha e papel higiênico no depósito de materiais de limpeza (DML) do Departamento de Medicina Legal, a falta de portas nos boxes do vestiário e a ausência de armários para armazenamento de roupas, indicam falhas nas condições mínimas de higiene e privacidade. Em um trabalho bastante completo sobre riscos laborais em IMLs, Barreto *et al.* (2024) detecta que a privacidade e o conforto são essenciais para manutenção da saúde mental dos servidores, evitando desgastes e sobrecargas. Outra falha detectada está na falta de assentos ergonômicos nas salas de paramentação e desparamentação, o que pode vir a afetar diretamente a saúde ocupacional dos trabalhadores, sendo este um dos aspectos frequentemente negligenciado, mas crucial para a qualidade de vida no trabalho. Além dos critérios de ergonomia no ambiente de trabalho estarem expressos na NR-17 do Ministério do Trabalho e Emprego, o trabalho realizado por Marinho e Ramos (2016) focado no IML de Natal-RN, destaca a importância da ergonomia como forma de promover o conforto e bem-estar dos servidores.

4.2. Problemas Comportamentais e Necessidade de Manualização

A equipe de profissionais que atua dentro do ambiente denominado zona contaminada, o que inclui a sala de exames médicos e todo o bloco das salas de necropsia da unidade do PA Morrinhos, inclui os auxiliares de autópsia, médicos legistas e servidores terceirizados da limpeza. Como equipe externa, há a presença dos papiloscopistas policiais. A metodologia de *brainstorming*, aplicada aos profissionais auxiliares de autópsia e médicos legistas, foi o que resultou no apontamento de problemas comportamentais, relacionados à ausência de rotinas e

protocolos bem delimitados, ausência de treinamento e capacitação específicas, além de falhas de conduta individual ou em grupo.

No ambiente, o trabalho da equipe é direcionado pela atividade que cada profissional desempenha, em que cada um, com seus equipamentos e instrumentos de trabalho, executa sua tarefa. No entanto, a ausência de manuais de boas práticas, bem como de Procedimentos Operacionais Padrão, pode comprometer aspectos operacionais do correto fluxo biológico, com falhas que consequentemente resultem em exposição e/ou contaminação. Problemas como manipulação inadequada de amostras e o trânsito com materiais contaminados em zonas limpas, bem como profissionais portando EPIs e circulando com materiais contaminados fora das áreas designadas são consideradas falhas comportamentais graves. Os autores Willis, Stepputat e Clavandier. (2022), ao fazer seu estudo no contexto da COVID-19, puderam observar, diante de muitos casos complexos, que o uso apropriado de EPI e sua correta desinfecção/descarte não são comumente disseminados, sendo um risco para a equipe.

A manualização de rotinas é o primeiro passo para se garantir a execução de treinamentos e a regularidade na execução de procedimentos. Molewa *et al.*(2021), ao investigar as práticas em necrotérios, ressaltaram que a "falta de diretrizes claras e operacionais" é uma barreira para a implementação de medidas de controle de infecção e segurança.

4.3. Problemas Operacionais e Necessidade de Treinamento

Os problemas operacionais identificados sublinham a necessidade de revisão de protocolos e de treinamento contínuo. A presença de materiais de exames misturados com materiais de paramentação na área de paramentação indica uma falha crítica no princípio da segregação. Essa falha também foi observada no trabalho desenvolvido por Barros *et al.* (2006), que ao analisarem resíduos biológicos em IMLs, apontaram que a "não segregação dos resíduos de acordo com a classificação de risco" pode levar a que "todos os resíduos se tornem contaminados, comprometendo diretamente a segurança dos profissionais".

A ausência de treinamento específico para a servidora da limpeza que atua zona contaminada e a necessidade de reforçar a higienização das maçanetas das portas, são outros pontos que merecem maior atenção. Trabalhadores de limpeza em ambientes de saúde, especialmente aqueles que lidam com resíduos bioperigosos, precisam de treinamento adequado sobre os produtos

a serem utilizados, as diluições corretas e os procedimentos de desinfecção. Nessa mesma linha, Franklin *et al.* (2011), ao avaliar condições de trabalho em IMLs, demonstraram que os funcionários de limpeza frequentemente recebem apenas noções básicas ou não passam por reciclagem, e a maioria nunca realizou cursos de biossegurança.

Os achados evidenciam uma falha na coordenação e controle de acesso de diferentes equipes, como por exemplo do acesso aos papiloscopistas e agentes funerários, durante os procedimentos de autópsia, o que também foi observado no trabalho desenvolvido por Barros *et al.* (2006), que ao descreverem as funções dos profissionais em IMLs, indicam que o papiloscopista tem menos chance de contato com matéria orgânica, o que sugere que sua presença em áreas de alto risco biológico requer protocolos específicos e rigorosos de controle de acesso para evitar exposição desnecessária e contaminação cruzada.

4.4. Implicações para a Qualidade e Segurança

Os problemas identificados, sejam eles estruturais, operacionais ou até mesmo comportamentais, têm implicações diretas na gestão da qualidade e na segurança do trabalho na unidade do IML do Posto Avançado de Morrinhos. Um laudo pericial, que é um elo crucial entre a ciência e a justiça, perde sua credibilidade se houver dúvida sobre a pureza das amostras ou a esterilidade dos equipamentos utilizados. A falta de investimento em infraestrutura e treinamento prejudica a capacidade da unidade de operar de forma eficiente e com alta qualidade, impactando sua imagem e credibilidade junto ao sistema judiciário e à sociedade. Cunha (2017), aprofundando em seu trabalho sobre acidentes de trabalho com exposição a material biológico, concluiu também que em ambientes laborais que não oferecem condições seguras para o desempenho profissional comprometem a qualidade de vida e, conseqüentemente, a qualidade do trabalho prestado.

Este diagnóstico situacional se tornou uma ferramenta poderosa para a gestão da qualidade da unidade e até da instituição. Ele serve como um guia para a implementação de um sistema de gestão que “assegura aos gestores proteção contra eventuais responsabilizações decorrentes de suas ações ou omissões”. Wilson-Wilde (2018) em sua revisão sobre o desenvolvimento internacional de padrões em ciência forense, constatou que a busca por certificações, como as normas ISO visam garantir que produtos, serviços e sistemas sejam seguros, confiáveis e funcionem consistentemente como pretendido.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de investigação e diagnóstico situacional empreendido neste estudo permitiu uma compreensão aprofundada da complexidade e dos desafios inerentes ao ambiente de trabalho na unidade de Medicina Legal do Posto Avançado de Polícia Científica de Morrinhos. O objetivo geral deste trabalho – realizar o diagnóstico situacional da unidade de medicina legal do PA de Morrinhos, objetivando detectar pontos críticos operacionais relacionados ao fluxo biológico – foi plenamente atingido.

Através da meticulosa análise do ambiente e escuta direcionada, foi possível identificar uma série de problemas, sejam eles relativos à estrutura, procedimentos operacionais ou comportamentais. Esses achados permitiram mapear os pontos críticos e a possibilidade constante de contaminações cruzadas, evidenciando deficiências com relação à gestão da qualidade e da segurança que afetam diretamente a biossegurança e o fluxo de trabalho.

A contribuição deste estudo para o campo da segurança pública é multifacetada. Primeiramente, ele fornece um modelo de diagnóstico situacional aplicável a outras unidades de medicina legal e necrotérios, especialmente em órgãos oficiais da segurança pública. Em segundo lugar, ao detalhar as implicações dos problemas estruturais, operacionais e comportamentais para a qualidade dos resultados periciais e a segurança dos trabalhadores, o trabalho serve como um alerta e uma ferramenta para gestores. A garantia de "resultados fidedignos" e a "manutenção dos interesses sociais de toda a comunidade" dependem diretamente da superação dessas deficiências.

A culminação deste diagnóstico situacional oferece subsídios relevantes para a proposição de intervenções e projetos. As medidas para promover adequações às exigências normativas vigentes devem focar na padronização dos procedimentos de toda a equipe, tornando imperativa a continuidade no desenvolvimento de novas ferramentas, a elaboração e implementação rigorosa de Procedimentos Operacionais Padrão, bem como a oferta de treinamentos continuados a todos os servidores policiais e administrativos. A formulação e incorporação de práticas dos Sistemas de Gestão da Qualidade e a padronização dos procedimentos são cruciais para a mitigação de riscos e a otimização dos serviços. Essas ações garantem que as lacunas entre o planejamento e a execução sejam progressivamente eliminadas, promovendo uma cultura de excelência e segurança que transcende a mera conformidade.

Ao longo desta pesquisa, o que se aprendeu, de forma contundente, é que, embora haja um corpo teórico consolidado e diretrizes legais robustas sobre gestão pública, biossegurança e políticas de segurança, persistem lacunas importantes entre o planejamento institucional e a aplicação prática dessas normativas. A análise crítica dos documentos e dos achados empíricos revelou que muitos dos desafios enfrentados por instituições públicas como o IML de Morrinhos decorrem menos da ausência de diretrizes legais e mais da fragilidade na implementação e no monitoramento das políticas públicas e dos procedimentos de biossegurança. Essa constatação é crucial para o aprimoramento deste campo da segurança pública.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. I. M. A. O laudo médico-legal como fonte de informação e seu papel social. <http://ridi.ibict.br>. 2000. Acesso em 20 de agosto de 2025.

BARBOZA, W. H. G. (no prelo). **Utilização da análise Bowtie como ferramenta de gestão de riscos de saúde decorrentes da exposição a agentes químicos, durante a realização de exames químico-metalográficos**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – SSP-UEG, Goiânia, 2024.

BARRETO, C. G. *et al.* Riscos Laboratoriais no Instituto Médico Legal – IML no necrotério: Riscos Laboratoriais no Instituto Médico Legal, necrotério. 2024.

BARRETT, D.; TWYCROSS, A. Data collection in qualitative research. **Evidence-based nursing**, v. 21, n. 3, p. 63-64, 2018.

BARROS, I. P. *et al.* Resíduos biológicos nos Institutos de Medicina Legal de Goiás: implicações para os trabalhadores. **Revista eletrônica de Enfermagem**, v. 8, n. 3, p. 7047-7047, 2006. Acesso em 20 de agosto de 2025.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Ministério da Saúde atualiza lista de doenças relacionadas ao trabalho após 24 anos**. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/ministerio-da-saude-atualiza-lista-de-doencas-relacionadas-ao-trabalho-apos-24-anos>>. Acesso em: 9 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978. Norma Regulamentadora n.º 6: Equipamento de Proteção Individual – EPI. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 jul. 1978. *E suas posteriores atualizações, como a Portaria MTP n.º 2.188, de 28 de julho de 2022.*

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria SSST n.º 24, de 29 de dezembro de 1994. Norma Regulamentadora n.º 7: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 1994. *E suas posteriores atualizações, como a Portaria SEPRT BRASIL n.º 6.734, de 10 de março de 2020.*

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978. Norma Regulamentadora n.º 9: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 jul. 1978. *E suas posteriores atualizações, como a Portaria MTP n.º 6735, de 10 de março de 2020, que a renomeou e atualizou.* BRASIL

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978. Norma Regulamentadora n.º 12: Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 jul. 1978. *E suas posteriores atualizações, como a Portaria SEPRT n.º 916, de 30 de julho de 2019.*

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978. Norma Regulamentadora n.º 17: Ergonomia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 jul. 1978. *E suas posteriores atualizações, como a Portaria SEPRT n.º 6.735, de 10 de março de 2020.*

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 222, de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 mar. 2018.

BURTON, J. L. Health and safety at necropsy. **Journal of Clinical Pathology**, v. 56, n. 4, p. 254-260, 2003.

CARDOSO, T. M. et al. Biossegurança em salas de autópsia: medidas para prevenção de infecções ocupacionais. **Salud Pública**, v. 21, n. 3, p. 302-310, 2019.

CARVALHO, G. H. C. **Diagnóstico Situacional da Unidade Básica de Saúde Dr. Antônio Martins de Oliveira no Município de Tiros, Minas Gerais**. Monografia (especialização), Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

CUNHA, N. A. et al. **Acidentes de trabalho com exposição a material biológico: análise epidemiológica e percepção das vítimas, em Uberlândia-MG**. Dissertação (mestrado), Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2017.

DA ROCHA, M. C.; DOS SANTOS, D. A. V. A Produção do conhecimento na criminologia: a importância do método indutivo como ferramenta para a pesquisa científica criminológica. Editora da UFMA, p. 393, 2024.

DANIEL, T. A. Tools for building a positive employee relations environment. **Employment Relations Today**, v. 30, n. 2, p. 51-64, 2003.

DUFAYET, L.; LANGRAND, J.; LUDES, B. Risk of occupational infection in forensic workers: a review. **Forensic Sciences Research**, v. 8, n. 1, p. 1-4, 2023.

FRANKLIN, S. de L. *et al.* Avaliação das condições ambientais e de trabalho em salas cirúrgicas e de necropsia estudos de casos em hospitais públicos e IMLs da região metropolitana do Rio de Janeiro. 2011

FREIRE, E. M. R.; MARTINEZ, M. R. Diagnóstico situacional: ferramenta de auxílio em gestão da qualidade. **Rev. Enferm. UFPE on line**, p. 1405-1412, 2014.

GONZÁLEZ-WILHELMA, L.; DUCHEB, M. Medicina legal en Chile: la Cenicienta sin príncipe. Medwave, p. e2978-e2978, 2024.

LIMA, J. S. F.; OLIVEIRA, R. K. G.; CARMO A. D. Prova Pericial: Um olhar sob a ótica do processo penal brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 5, p. 1783-1793, 2023.

MANGUEIRA, A. O. et al. **Modelos de gestão da qualidade em perícias de engenharia.** Brazilian Journal of Development, v. 9, n. 1, p. 1198-1216, 2023.

MARCONI, M de A.; LAKATOS E. M. **Técnicas de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

MARINHO, F. S.; RAMOS J. K. C. A. Gestão de pessoas e qualidade de vida no instituto de medicina legal Natal/RN: Análise das normas de segurança no ambiente do necrótério. Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte. <https://congesp.rn.gov.br/anais/v-16>. 2016. Acesso em 17 de agosto de 2025.

MOLEWA, S. et al. Occupational health and safety practices in mortuaries: a case study of selected mortuaries in Gauteng Province. **South African Journal of Occupational Therapy**, v. 51, n. 3, p. 19-24, 2021.

MORGAN, R. M.; LEVIN, E. A. A crisis for the future of forensic science: lessons from the UK of the importance of epistemology for funding research and development. **Forensic science international: synergy**, v. 1, p. 243-252, 2019.

MORRISSEY, J. *et al.* Partnership between academics and practitioners—addressing the challenges in forensic science. **Science & Justice**, v. 63, n. 1, p. 74-82, 2023.

NETO, M. C. M. Riscos Laborais no Instituto Médico Legal-IML no Necrótério. In: **Promoção da saúde: Conceito, Estratégia e Prevenção em Pesquisa. Volume 4.** Editora Científica Digital, 2024. p. 57-71.

SANT'ANA, I. M. **Levantamento de riscos na atividade que envolve necrópsia no serviço de verificação de óbitos da capital-SVOC.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – PECE, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1kkXuYEuYNveL19tQ1gt8JzPbkc6G--YN/view>. Acesso em: 23 ago. 2025.

SILVA, A. B. A. da. Necropsia: Revisão de Literatura e análise sob a óptica da Medicina Legal. Monografia (Bacharelado), Faculdade de Direito, Universidade Federal da Paraíba, Santa Rita, 2024.

SILVA, C. S. S. L.; KOOPMANS, F. F.; DAHER, D. V. O Diagnóstico Situacional como ferramenta para o planejamento de ações na Atenção Primária a Saúde. Revista Pró-UniverSUS. Vassouras, v.7, n.2, p. 30-33, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://editorauss.uss.br/index.php/RPU/issue/view/136>>. Acesso em: 15 de agosto de 2025.

VIVIAN, C.; ANGONESE, A. S. Além do que se vê: a Atuação dos Profissionais Do Instituto Médico-Legal (Iml). Em um ambiente onde a vida começa, transcorre e termina. **Unoesc e Ciência**, 6 (1). 2015.

WILLIS, G.D. ; STEPPUTAT, F.; CLAVANDIER, G. O enterro e a política dos cadáveres em tempos de COVID-19 (parte 2). **Restos Humanos e Violência** , v. 8, n. 1, 2022.

WILSON-WILDE, L. O desenvolvimento internacional de padrões em ciência forense — uma revisão. **Forensic Science International**, v. 288, p. 1-9, 2018.

ANEXOS

ANEXO 1. Termo de Autorização Institucional para Realização da Pesquisa



Referência: Processo nº 202500016034544

Interessado(a): POSTO DE ATENDIMENTO DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DE MORRINHOS

Assunto: Autorização para pesquisa científica - CAESP 2025/2 – Perito Criminal Marcos Silva Leles.

DESPACHO Nº 2615/2025/SSP/SPTC-02891

Trata-se do Ofício n. 30.104/2025–SSP/PAPTC-MORRINHOS (evento SEI n. 79744678), protocolado pelo servidor policial **MARCOS SILVA LELES** (Perito Criminal de 1ª Classe), regularmente matriculado no Curso de Altos Estudos em Segurança Pública – CAESP–2025 (B), solicitando autorização para realização de pesquisa científica intitulada "*Diagnóstico Situacional dos Pontos Críticos Operacionais da Unidade de Medicina Legal do Posto Avançado da Polícia Científica de Morrinhos: uma Etapa para a Adequação do Fluxo Biológico*".

À vista dos Anexos (eventos SEI n. 79745149, 79745224, 79745245 e 79745232), que contêm os documentos exigidos pela **Portaria n. 111/2025–SSP/SPTC** (evento SEI n. 73094642), quais sejam: Projeto de Pesquisa, Termo de Anuência, Declaração de Isenção de Ônus Financeiro e Termo de Compromisso e Sigilo.

Considerando ainda a **Manifestação n. 060/2025–SSP/Núcleo de Inteligência** (evento SEI n. 80329324), favorável à realização da pesquisa, sugerindo a apresentação dos resultados à Superintendência de Polícia Científica, bem como ressaltando a responsabilidade do pesquisador quanto à proteção de dados sensíveis e questões de segurança orgânica da instituição.

Considerando, ademais, o Despacho n. 490/2025–SSP/Coordenadoria de Ensino (evento SEI n. 80875701), que também se manifestou favoravelmente à realização da pesquisa, reconhecendo a relevância do tema não apenas para a gestão da unidade do Posto Avançado de Morrinhos, mas também para as demais unidades de IML da Polícia Científica de Goiás, e a ausência de violações à ética em pesquisa no projeto apresentado.

A Polícia Científica do Estado de Goiás **defer** a pesquisa científica proposta, nos termos apresentados. O presente Despacho será equivalente ao "Termo de Autorização" de que trata o art. 20, § 1º da **Portaria n. 111/2025–SSP/SPTC**, para todos os fins.

Ante o exposto, a Superintendência de Polícia Científica **retorna** os presentes autos à Coordenadoria de Ensino – CEPTC/SPTC para conhecimento; e concomitantemente ao Posto Avançado de Polícia Científica de Morrinhos – PAPTC-MORRINHOS para ciência do interessado.

Goiânia/GO, 09 de outubro de 2025.

PC MARIANA FLAVIA DA MOTA
Delegação de Competência
Portaria nº 002/2024 (Evento SEI nº 55274268)



Documento assinado eletronicamente por **MARIANA FLAVIA DA MOTA**, Perito (a) Criminal, em 09/10/2025, às 15:22, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1](#) informando o código verificador 80887232 e o código CRC C8DD0C94.



Referência: Processo nº 202500016034544



SEI 80887232